

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação das Metas Fiscais

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

1º QUADRIMESTRE 2026



PREFEITURA DE

FUNDÃO

TRABALHANDO E CUIDANDO DE VOCÊ!

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

A realização da presente audiência tem por objetivo atender ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece:

Art. 9º...

§ 4º Até o final dos meses de **maio**, **setembro** e **fevereiro**, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas **Casas Legislativas** estaduais e **municipais**.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

OBJETIVO

- Esta audiência pública tem como objetivo demonstrar, de forma resumida, os aspectos mais relevantes da execução orçamentária do **1º quadrimestre de 2026 (janeiro a abril)**.
- Ao longo desta apresentação, buscamos disponibilizar elementos que contribuam para uma melhor compreensão dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

RECEITAS



RECEITAS

- Receitas Correntes;
- Receitas de Capital;
- Receitas Correntes Intraorçamentárias.

Metas das Receitas

Descrição	Metas 1º Quadrimestre 2026 (a)	Realizado no 1º Quadrimestre 2026 (b)	Diferença (c) = (b-a)
Receitas Correntes	47.389.731,38	51.648.736,74	4.259.005,36
Receitas Capital	1.186.935,29	1.000.000,00	-186.935,29
Intraorçamentárias	2.600.000,00	2.512.406,85	-87.593,15
TOTAL	51.176.666,67	55.161.143,59	3.984.476,92

DESPESAS



DESPESAS

- Despesas Correntes;
- Despesas de Capital;
- Despesas Correntes Intraorçamentárias.

Metas das Despesas

Descrição	Metas 1º Quadrimestre 2026 (a)	Realizado 1º Quadrimestre 2026 (b)	Diferença (c) = (a-b)
Despesas Correntes	43.407.001,01	43.204.050,52	202.950,49
Despesas de Capital	7.769.665,65	2.498.185,70	5.271.479,95
TOTAL	51.176.666,67	45.702.236,22	5.474.430,45

Obs.: As despesas apresentadas referem-se aos valores **efetivamente liquidados no 1º quadrimestre de 2026.**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - RREO



RREO – Aplicação em Educação

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO	% EXIGIDO	VALOR APLICADO (LIQUIDADO)	% APLICADO
Aplicação em MDE sobre Receita Resultante de Impostos	7.222.466,07	25%	7.697.803,76	26,65

DEPENDÊNCIA AO CUMPRIMENTO DA META, aplicamos em Educação **26,65%** e o limite mínimo de aplicação é de **25%** .



RREO – Aplicação em Educação

Descrição	VALOR EXIGIDO	% EXIGIDO	VALOR APLICADO	% APLICADO
Mínimo de 70% do FUNDEB na remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.641.293,06	70%	5.120.878,93	63,54

O limite mínimo de 70% de aplicação no FUNDEB, aplicamos **63,54%**,
TENDÊNCIA AO CUMPRIMENTO DO LIMITE!!



RREO – Aplicação em Saúde

Descrição	Valor
Receita de Impostos	7.164.713,67
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	21.725.150,59
Total Receita (I)	28.889.864,26
Valor Aplicado em ASPS	7.997.041,02
Total Despesa (II)	7.997.041,02
Percentual Aplicado (mínimo Constitucional de 15%)	27,68

O limite mínimo de 15% de aplicação em saúde, **aplicamos 27,68%**.

DEPENDÊNCIA AO CUMPRIMENTO DO LIMITE!!



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF



RGF – Despesa com Pessoal

Descrição	Valor últimos 12 meses (jan/2025 a dez/2025)
Despesa Total com Pessoal - DTP	56.411.566,09
Receita Corrente Líquida Ajustada - RCL	143.800.988,41
Percentual Aplicado	39,23
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	48,60

O gasto com pessoal demonstra-se inferior aos limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

DEPENDÊNCIA AO CUMPRIMENTO DO LIMITE !!



Dívida Fundada

Divida Fundada	Saldo Anterior	Saldo Atual
Parcelamento - IPRESF	1.667.455,35	1.489.982,01
Parcelamento - INSS	1.852.092,06	1.607.861,14
Parcelamento - PASEP	242.377,89	216.324,57
Empréstimo - Bandes	3.697.961,42	2.705.567,53
TOTAL DA DÍVIDA	7.459.886,72	6.019.734,25

O saldo apurado da Dívida Fundada até o 1º quadrimestre de 2026 é de R\$ 6.019.734,25.

Consideração Final

Os resultados apresentados permitem concluir que as aplicações em Educação, Saúde, Pagamento da Dívida e Despesas com Pessoal encontram-se em conformidade com as normas legais.

Ressalta-se, ainda, a importância da verificação do cumprimento das metas fiscais previstas na LDO/2025, bem como da observância aos requisitos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).



GRATIDÃO!



PREFEITURA DE

FUNDÃO



TRABALHANDO E CUIDANDO DE VOCÊ!